

# RELATÓRIO DE GESTÃO 2011



## Direcção

Pedro Rebelo de Sousa – Presidente

Alberto João Coraceiro de Castro – Director

Alexandre Cardoso Correia da Mota Pinto – Director

António Sarmiento Gomes Mota – Director

Pedro Maia – Director

## Mesa da Assembleia Geral

Daniel Proença de Carvalho – Presidente

Marco Binã – Secretário

## Conselho Fiscal

Luís Augusto Gonçalves Magalhães – Presidente

Carlos Luís Oliveira de Melo Loureiro – Vogal

Rafael Mora Funes – Vogal

## Conselho Geral

João Calvão da Silva (Presidente)

Álvaro Barreto

Alexandre Lucena e Vale

Alexandre Relvas

António Castro Guerra

António Mexia

Duarte Calheiros

Eduardo Catroga

Esmeralda Dourado

Galp Energia, S.A., (representada por Francisco Murteira Nabó)

João Salgueiro

Joaquim Goes

Luís Mira Amaral

Luís Palha

Luís Parreirão

Luísa Antas

Manuel Alves Monteiro

Miguel Horta e Costa

Nuno Amado

Rogério Carapuça

Senhores Associados

Nos termos da lei e dos Estatutos, a Direcção submete à aprovação de V. Ex.as o Relatório das Actividades desenvolvidas pelo IPCG – Instituto Português de Corporate Governance no exercício de 2011, bem assim como as Contas relativas ao mesmo período.

## 1. Relatório das Actividades de 2011

No cumprimento dos objectivos traçados no Plano de Actividades com que esta Direcção se comprometeu perante os associados e sufragado na Assembleia Geral que elegeram os Corpos Sociais do IPCG para o mandato 2010 – 2012, procurou-se, no exercício em apreciação e em simultâneo com o aprofundamento de novas áreas, dar continuidade à actividade iniciada no anterior, assim se garantindo o pleno cumprimento do mandato recebido.

Relembramos que esses objectivos se centram: i) na reforma de pilares estruturais do Instituto e ii) na expansão e desenvolvimento da sua actividade, cabendo ainda plenamente naqueles pressupostos iii) o aprofundamento de áreas sensíveis do *governance*.

É com referência a estes princípios que vão ser elencadas as principais acções desenvolvidas ao longo do ano em apreciação e que, de seguida, se apresentam segundo uma hierarquia que se entende servir melhor os objectivos pretendidos.

### 1.1. Expansão e Desenvolvimento da Actividade do IPCG

Cabem neste ponto as iniciativas que visam reforçar o papel do IPCG no debate sobre a temática de *governance*, intensificando o reconhecimento do Instituto como interlocutor privilegiado sobre esta matéria e que se enumeram a seguir. Antes, porém, é da mais elementar justiça sublinhar o empenhamento neste objectivo dos diferentes órgãos que integram a estrutura organizacional do Instituto, com destaque para o Conselho Geral, que chamou a si a tarefa de desenvolver o novo Código de Governo das Sociedades, e a Comissão Jurídica, que teve intervenção activa em múltiplas iniciativas legislativas e na elaboração de respostas a consultas públicas sobre diplomas em preparação.

### 1.1.1. Intervenção Institucional

- Resposta à consulta pública sobre a proposta de modificação do artigo 182.º-A do Código dos Valores Mobiliários (CVM), que procede à revisão das regras do CVM relativas à desblindagem das sociedades visadas por OPA – ineficácia/inaplicabilidade das restrições à transmissão de acções e ao exercício do direito de voto, em caso de OPA – em fase de discussão pública;
- Parecer enviado à Secretaria de Estado do Tesouro e Finanças sobre redacção de Projecto de Decreto-Lei que aprovaria o regime das práticas de bom governo no sector público empresarial;
- Resposta à consulta pública do Livro Verde da Comissão Jurídica sobre Corporate Governance, COM(2011) 164, de 5 de Abril de 2011;
- Resposta à consulta sobre *governance* das unidades hospitalares promovida pelo coordenador do Grupo Técnico para a Reforma Hospitalar;
- Criação da Comissão de Revisão do Código de Governo das Sociedades, nomeada ao abrigo do art. 21º, n.º 2, dos Estatutos;
- Reforço da promoção do papel de Administradores Não Executivos e de Administradores Independentes junto de autarquias e em especial junto da Comissão de Acompanhamento do Estado sobre as Autarquias.

### 1.1.2. Participação em iniciativas relevantes de análise/divulgação de temas ligados à *Corporate Governance*

- Participação na organização e no Fórum Mundial Lisboa 21 sobre Água, Energia e Desenvolvimento Sustentável, que juntou diversas instituições, a sociedade civil e especialistas de reconhecido prestígio nacional e internacional para fortalecer o compromisso sobre o tema do Desenvolvimento Sustentável, procurando recolher as experiências dos últimos vinte anos e incorporando-as num novo debate sobre o tema;
- Patrocínio Institucional ao *Survey Reputational Index 2011* promovido pela MyBrand;
- Participação, em parceria com a Roland Berger, na elaboração de estudo sobre enquadramento e práticas dos administradores executivos (em curso).



## 1.2. Aprofundamento das Áreas Sensíveis de *Governance*

O envolvimento dos agentes económicos na avaliação do desempenho dos órgãos de governo das sociedades a que vimos assistindo com crescente interesse exige uma intervenção pedagógica mais determinada, assente no aprofundamento de áreas sensíveis do *governance*, tarefa a que o IPCG confere total prioridade e que, em 2011, se consubstanciou no conjunto de acções que se identificam de imediato:

- Estabelecimento de parceria com a Embaixada do Reino dos Países Baixos em Lisboa, para a criação do Prémio Damião de Góis, para promoção das melhores práticas de responsabilidade social;
- Conferência "Boas Práticas Remuneratórias dos Órgãos Societários", em parceria com o Fórum de Administradores de Empresas (FAE) e a Deloitte, e que contou com a participação especial do Prof. Ludo Van der Heyden, Director Académico do Insead Corporate Governance Institute;
- Em parceria com o Fórum de Administradores de Empresas, foi realizado o Seminário subordinado ao tema "Critérios e Procedimentos na Nomeação de Gestores: A Experiência Britânica", e que contou com a participação de Janet Gaymer CBE;
- 1.ª Edição do Programa Anual de Desenvolvimento "Administradores Não Executivos", que teve lugar em Lisboa, no ISCTE-INDEG;
- Início do Ciclo "Boas Práticas nos Mercados Financeiros", em parceria com a Ordem dos Economistas e a Associação Portuguesa dos Analistas Financeiros;
- Conferência "Corporate Governance: Eficácia e Transparência nas Organizações", em parceria com a Stanton Chase International – Portugal;
- Pequeno-Almoço temático sobre a *Corporate Governance* no Brasil, com o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa, sob o patrocínio da PriceWaterhouseCoopers;
- Integração nas Jornadas Técnicas de Corporate Governance na Suécia e na Finlândia promovidas pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa;
- Conferência "Desenvolvimentos Recentes em Corporate Governance", em colaboração com o GovernanceLab e a UIA – Union Internationale des Avocats, com a participação especial de Judit Budai, Presidente da Comissão de Direito Bancário da UIA;

- Conferência "Responsabilidades dos Administradores - o Seguro de D&O", com o patrocínio da Marsh e a participação especial de Fernando Claro López, director da divisão de *Private Equity / Mergers & Aquisitions*.

### 1.3. Intervenções em Iniciativas e Eventos de Outras Entidades

O IPCG procurou responder positivamente a diversos convites que foi recebendo para intervir em iniciativas nas quais pudesse contribuir para a afirmação e valorização do *corporate governance*, nomeadamente:

- Participação na XVIII Conferência Anual do IPAI – Instituto Português de Auditoria Interna, subordinado ao tema "Os desafios da auditoria interna num mundo em turbulência";
- Apresentação do Livro Coordenado pelo Prof. José Paulo Esperança "Corporate Governance no Espaço Lusófono";
- Seminário Anual da Universidade Lusíada sobre *Corporate Governance*, no âmbito do protocolo estabelecido;
- Estabelecimento de entendimento com a Actuarial para cursos de *corporate governance*, com incidência, na *governance* de sectores de actividade.

### 1.4. Actividade Editorial

No cumprimento da deliberação de editar Cadernos sobre Boas Práticas e que a Direcção assumiu como objectivo relevante:

- Publicação do primeiro fascículo subordinado ao tema "Boas Práticas dos Órgãos de Administração das Sociedades Cotadas";
- Já iniciado o processo de elaboração do segundo fascículo, este subordinado ao tema "Boas Práticas dos Órgãos de Fiscalização das Sociedades Cotadas", cuja publicação está prevista para o exercício de 2012.

## 1.5. Reforma de Pilares Estruturais do Instituto

No cumprimento do objectivo estatutário de contribuir para uma melhor divulgação e aceitação dos princípios de bom governo das sociedades, faz todo o sentido garantir uma ampla representação das empresas a que o Instituto se dirige em primeira instância, conseguindo-se, por esta via, uma maior robustez na formação das decisões que estão na essência da actividade do IPCG. Neste contexto e tendo sido levadas a cabo diversas iniciativas neste domínio, destacam-se as seguintes:

- Estreitamento de relações com a Associação Portuguesa de Empresas Familiares, em destaque para a participação no 12.º Congresso Internacional de Governança Corporativa subordinado ao tema "Governança Corporativa em Empresas de Controle Familiar – Desafios e Oportunidades", que teve lugar em São Paulo, Brasil;
- Aprofundamento de relações com a AEM – Associação de Empresas Emitentes de Valores Cotados em Mercado;
- Celebração de novos protocolos, respectivamente, com a Ordem dos Economistas, com a Ordem dos Advogados e com o Observatório Português de Boas Práticas Laborais;
- Procura de parcerias para a promoção da *corporate governance* no espaço lusófono, nomeadamente, em Angola e Cabo Verde;
- Promoção de campanhas de angariação de novos associados, tendo-se desenvolvido e implementado um plano de adesão de escritórios de advogados e de empresas do PSI20 ao Instituto;
- Neste esforço, atingiu-se o número total de 252 associados, sendo de sublinhar, dentre estes, nove empresas do PSI Geral, as quais representavam, em Fevereiro de 2012, 49% da capitalização deste índice bolsista;

Associados e Protocolos	2008	2009	2010	2011
<b>Associados Pessoas Singulares</b>	195	197	214	194
<b>Associados Pessoas Colectivas</b>	37	40	42	41
<b>Associados Patrocinadores</b>	6	7	4	4
<b>Associados Pessoas Colectivas e Protocolo</b>	0	0	1	1
<b>Protocolos</b>	7	8	10	12
<b>Totais</b>	245	252	271	252

Tabela 1: N.º de associados e entidades com protocolo nos anos de 2008 a 2011

- Em contrapartida e em obediência a uma recomendação do Conselho Fiscal, ao abrigo do art. 8.º dos Estatutos, foram excluídos 33 Associados;
- Procedeu-se à revisão e actualização dos documentos e links disponibilizados na Biblioteca CGOV no Portal do IPCG na Internet e a uma compilação de documentos normativos relativos à *corporate governance* em Portugal e no exterior;
- Com a 7Log procedeu-se a Auditoria ao Sistema de Informação do Instituto, pela qual se concluiu que o sistema informático utilizado pelo Instituto é adequado e dirigido às necessidades próprias do funcionamento do Instituto;
- No ano de 2011 verificou-se o total de 16.278 visitas ao Portal do IPCG na Internet, provenientes de 72 países, o que se traduz numa quebra de 10% no número de visitas e de cerca de 9% no de países. Porque esta quebra pode significar uma menor atractividade que o seu conteúdo pode induzir, vão ser tomadas medidas para inverter a tendência detectada.

## 2. Análise Financeira

- No exercício de 2011, apurou-se um total de receitas provenientes da quotização dos associados de € 69.950,00, cerca de 17,5% superior ao valor cobrado no ano anterior;
- Acresce a este valor da quotização a quantia de € 12.990,56 de receitas provenientes basicamente da realização, em parceria com outras entidades, de eventos subordinados à temática do *governance*;
- As despesas administrativas atingiram o valor de € 112.162,88, um pouco mais de 2 vezes o valor apurado no ano anterior, e que se fica a dever a custos associados à realização dos eventos anteriormente referenciados e, também, ao reforço do IPCG em meios humanos verificado em 2011;
- O resultado líquido do exercício foi negativo, registando o valor de -€ 40.479,65;
- Como consequência deste saldo, o montante dos capitais próprios sofreu uma quebra, exibindo em 31 de Dezembro de 2011 o valor de € 58.323,85, o que configura uma situação patrimonial ainda bastante sólida.

Abril 2012

A DIRECÇÃO

macalby  
AU

Am  
11

## DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR NATUREZAS**

EXERCÍCIO FINDO em 31.Dezembro.2011

Unidade: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	EXERCÍCIOS	
		31.12.2011	31.12.2010
Vendas e serviços prestados	6-9	69.950,00	59.525,00
Subsídios à exploração	6-10	10.500,00	-
Fornecimentos e serviços externos	11	-101.896,09	-49.744,57
Gastos com o pessoal	12	-10.266,79	-
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	7	-3.250,00	-
Outros rendimentos e ganhos	6-13	2.147,16	18,95
Outros gastos e perdas	14	-7.529,88	-5.995,02
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>-40.345,60</b>	<b>3.804,36</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	-376,14	-1.519,15
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>-40.721,74</b>	<b>2.285,21</b>
Juros e rendimentos similares obtidos		343,40	493,84
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>-40.378,34</b>	<b>2.779,05</b>
Imposto sobre o rendimento	4	-101,31	-67,95
<b>Resultado líquido do exercício</b>		<b>-40.479,65</b>	<b>2.711,10</b>

O anexo faz parte integrante destas demonstrações.

O Técnico Oficial de Contas



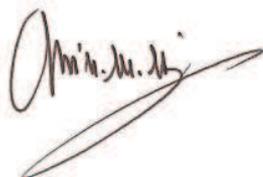
A Direcção



Rúbricas	Notas	EXERCÍCIOS	
		31.12.2011	31.12.2010
<b>Activo</b>			
<b>Activo não corrente</b>			
Activos fixos tangíveis		1.399,79	1.775,93
		<b>1.399,79</b>	<b>1.775,93</b>
<b>Activo corrente</b>			
Clientes	6	26,80	50,22
Adiantamentos a fornecedores		9,32	-
Estado e outros entes públicos	6	118,53	151,08
Sócios	6	2.390,00	12.200,00
Outras contas a receber		154,32	169,38
Diferimentos	18	14.455,71	771,78
Caixa e depósitos bancários	15	69.154,13	87.740,64
		<b>86.308,81</b>	<b>101.083,10</b>
<b>Total do Activo</b>		<b>87.708,60</b>	<b>102.859,03</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>			
<b>Capital Próprio</b>			
Fundo Social	8	98.803,50	96.092,40
		<b>98.803,50</b>	<b>96.092,40</b>
Resultado líquido do exercício		-40.479,65	2.711,10
<b>Total do Capital Próprio</b>		<b>58.323,85</b>	<b>98.803,50</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	19	15.367,70	-
Adiantamentos de clientes			
Estado e outros entes públicos	16	2.710,79	341,18
Sócios			
Financiamentos obtidos			
Diferimentos	18	10.000,00	2.175,00
Outras contas a pagar	17	1.306,26	1.539,35
Outros passivos financeiros			
		<b>29.384,75</b>	<b>4.055,53</b>
<b>Total do Passivo</b>		<b>29.384,75</b>	<b>4.055,53</b>
<b>Total do Capital Próprio e do Passivo</b>		<b>87.708,60</b>	<b>102.859,03</b>

O anexo faz parte integrante destes balanços.

O Técnico Oficial de Contas



A Direcção



DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES

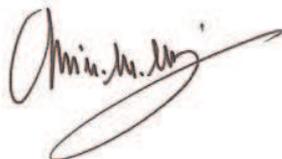
EXERCÍCIO FINDO em 31.Dezembro.2011

Unidade: Euros

RÚBRICAS	Notas	EXERCÍCIOS	
		31.12.2011	31.12.2010
Vendas e serviços prestados	6-9	69.950,00	59.525,00
Custo das vendas e dos serviços prestados			
<b>Resultado bruto</b>		<b>69.950,00</b>	<b>59.525,00</b>
Outros rendimentos		12.990,56	512,79
Gastos de distribuição			
Gastos administrativos		-112.162,88	-49.744,57
Gastos de investigação e desenvolvimento			
Outros gastos		-11.156,02	-7.514,17
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>-40.378,34</b>	<b>2.779,05</b>
Gastos de financiamento (líquidos)			
<b>Resultados antes de impostos</b>		<b>-40.378,34</b>	<b>2.779,05</b>
Imposto sobre o rendimento	4	-101,31	-67,95
<b>Resultado líquido do exercício</b>		<b>-40.479,65</b>	<b>2.711,10</b>

O anexo faz parte integrante destas demonstrações.

O Técnico Oficial de Contas



A Direcção



# INSTITUTO PORTUGUÊS DE CORPORATE GOVERNANCE

## DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Montantes expressos em Euros)

	<u>Fundo Social</u>	<u>Resultado líquido do exercício</u>	<u>Total do capital próprio</u>
<b>Posição a 1 de Janeiro de 2010</b>	<u>88.516</u>	<u>7.576</u>	<u>96.092</u>
Aplicação de resultados de 2009	7.576	(7.576)	-
Resultado líquido do exercício de 2010	-	2.711	2.711
<b>Posição a 31 de Dezembro de 2010</b>	<u>96.092</u>	<u>2.711</u>	<u>98.803</u>
Aplicação de resultados de 2010	2.711	(2.711)	-
Resultado líquido do exercício de 2011	-	(40.479)	(40.479)
<b>Posição a 31 de Dezembro de 2011</b>	<u>98.803</u>	<u>(40.479)</u>	<u>58.324</u>

O anexo faz parte integrante destas demonstrações.

Técnico Oficial de Contas



A Direcção



# INSTITUTO PORTUGUÊS DE CORPORATE GOVERNANCE

## DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Montantes expressos em Euros)

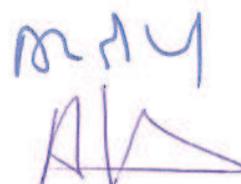
	2011	2010
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS:</b>		
Recebimentos de clientes	75.038,54	54.240,52
Pagamentos a fornecedores	-80.789,45	-37.297,81
Pagamentos ao pessoal		
<b>Caixa gerada pelas operações</b>	<b>-5.750,91</b>	<b>16.942,71</b>
Pagamento / recebimento do imposto sobre o rendimento	-67,95	-
Outros recebimentos / pagamentos	-13.111,05	-19.052,87
<b>Fluxos das actividades operacionais [1]</b>	<b>-18.929,91</b>	<b>-2.110,16</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:</b>		
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>		
Activos fixos tangíveis		
Activos intangíveis		
Investimentos financeiros		
Outros activos		
<b>Recebimentos provenientes de:</b>		
Activos fixos tangíveis		
Activos intangíveis		
Investimentos financeiros		
Outros activos		
Subsídios ao investimento		
Juros e rendimentos similares	343,40	493,84
Dividendos		
<b>Fluxos das actividades de investimento [2]</b>	<b>343,40</b>	<b>493,84</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:</b>		
<b>Recebimentos provenientes de:</b>		
Financiamentos obtidos		
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		
Cobertura de prejuízos		
Doações		
Outras operações de financiamento		
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>		
Financiamentos obtidos		
Juros e gastos similares		
Dividendos		
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio		
Outras operações de financiamento		
<b>Fluxos das actividades de financiamento [3]</b>		
<b>Variação de caixa e seus equivalentes [4]=[1]+[2]+[3]</b>	<b>-18.586,51</b>	<b>-1.616,32</b>
<b>Efeito das diferenças de câmbio</b>		
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>	<b>87.740,64</b>	<b>89.356,96</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>	<b>69.154,13</b>	<b>87.740,64</b>

O anexo faz parte integrante desta demonstração.

Técnico Oficial de Contas



A Direcção



# ANEXO AO BALANÇO E ÀS DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

31.DEZEMBRO.2011

(Valores expressos em Euros)

## INTRODUÇÃO

O Instituto Português de Corporate Governance (Instituto), é uma Associação fundada em 15 de Junho de 2004 e tem como objecto estatutário a investigação e divulgação dos princípios de Corporate Governance podendo para o efeito desenvolver todas as actividades adequadas a tal fim.

## NOTA 1 - REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei n 158/2009, de 13 de Julho, e de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro (adiante designado por "NCRF") e normas interpretativas, aplicáveis no exercício findo em 31 de Dezembro de 2011.

## NOTA 2 - PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

### a) Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade da actividade, a partir dos livros e registos contabilísticos do Instituto, de acordo com as NCRF.

### b) Especialização dos exercícios

O Instituto Português de Corporate Governance segue o princípio contabilístico da especialização de exercícios relativamente à generalidade das rubricas das Demonstrações Financeiras. Nesse sentido, os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do respectivo recebimento ou pagamento.

### c) Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis estão contabilizados ao custo de aquisição, deduzidos de amortizações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são calculadas segundo o método das quotas constantes, por referência ao início do exercício em que os seus bens entram em funcionamento, e dentro dos limites das taxas estabelecidas para fins fiscais, as quais se considera traduzirem satisfatoriamente a vida útil esperada dos bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida estimada:

	Anos de <u>vida útil</u>
Programas de computador	3
Equipamento Administrativo	5 a 8

#### d) Activos e passivos financeiros

Os activos e passivos financeiros do Instituto são mensurados ao custo ou ao custo amortizado quando apresentam as seguintes características:

- Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida; e
- Tenham associado um retorno fixo ou determinável; e
- Não sejam um instrumento financeiro derivado ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.

O custo amortizado corresponde à quantia pela qual um activo financeiro ou passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial, menos os reembolsos de capital, mais ou menos a amortização acumulada, usando o método da taxa efectiva, de qualquer diferença entre a quantia inicial e a quantia na maturidade. A taxa de juro efectiva é a taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados na quantia líquida escriturada do activo ou passivo financeiro.

Estão incluídos nesta categoria:

- 1- Os Clientes e Sócios, mensurados ao custo amortizado deduzido de perdas por imparidade;
- 2- Caixa e depósitos bancários, incluindo depósitos à ordem e a prazo, são mensurados ao custo amortizado, o qual não difere do seu valor nominal;
- 3- Outros activos financeiros, incluindo “Estado e Outros Entes Públicos” e “Outras contas a receber” mensurados ao custo amortizado, o qual corresponde normalmente ao seu valor nominal;
- 4- Outros passivos financeiros, incluindo “Outras contas a pagar”, mensurados ao custo amortizado, o qual corresponde normalmente ao seu valor nominal.

Os activos financeiros são sujeitos a testes de apuramento de perdas por imparidade em cada data de relato. Os activos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objectiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afectados.

As perdas por imparidade são registadas em resultados na rubrica “Perdas por imparidade” no exercício em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e se essa diminuição pode ser objectivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (custo amortizado) caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é registada em resultados na rubrica “Reversões de perdas por imparidade”.

#### e) Imposto sobre o rendimento

Os impostos correntes sobre o rendimento (IRC) são calculados de acordo com a legislação e taxas aplicáveis, tendo em consideração o enquadramento jurídico e legal atribuído ao Instituto Português de Corporate Governance.

#### NOTA 3 - VOLUME DE EMPREGO

Durante o exercício de 2011 o Instituto Português de Corporate Governance teve ao seu serviço um empregado administrativo.

#### NOTA 4 - IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

Nos termos preconizados no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (CIRC), o Instituto Português de Corporate Governance configura um sujeito passivo do imposto, que não exerce a título principal uma actividade de natureza comercial, industrial ou agrícola, auferindo rendimentos não sujeitos a IRC, como sejam as quotas pagas pelos seus associados, bem como os subsídios destinados à realização dos seus fins estatutários (Artigo 54º, nº 3 do CIRC).

As declarações fiscais ficam sujeitas a inspeção e eventual ajustamento por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos contado a partir do exercício a que respeitam.

O IRC foi calculado de acordo com a legislação e taxas aplicáveis em vigor. De acordo com o Artigo 11º nº 3 do CIRC, foram considerados como rendimentos sujeitos a tributação os rendimentos suplementares resultantes da venda de publicações e os juros obtidos de depósitos a prazo.

#### NOTA 5 - MOVIMENTOS NOS ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS E ACTIVOS INTANGÍVEIS

Durante os exercícios de 2011 e 2010, não ocorreram aquisições e abates nos activos fixos tangíveis e activos intangíveis.

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, as amortizações do exercício dos activos fixos tangíveis (equipamento administrativo) ascenderam a 376,14 Euros e 685,81 Euros, respectivamente. No exercício de 2011, os activos intangíveis encontram-se totalmente amortizados (833,34 Euros de amortizações do exercício de 2010).

#### NOTA 6 - MOVIMENTOS DE DÍVIDAS DE TERCEIROS

Rubricas	Saldo Inicial	Aumentos	Cobranças	Saldo Final
Dívidas de Terceiros:				
Clientes	50,22	65,16	88,58	26,80
Sócios:				
. Quotas (Nota 9)	29.600,00	69.950,00	76.510,00	23.040,00
. Donativos (Nota 10)	-	10.500,00	10.500,00	-
. Patrocínios (Nota 13)	-	1.735,00	1.735,00	-
Estado e outros entes públicos	151,08	73,83	106,38	118,53
	<b>29.801,30</b>	<b>82.323,99</b>	<b>88.939,96</b>	<b>23.185,33</b>

O aumento na rubrica de Sócios em 2011 corresponde às quotas de associados emitidas no exercício, donativos e patrocínios, reconhecidas como rendimentos do ano.

Em 31 de Dezembro de 2010, os movimentos de dívidas de terceiros apresentavam-se da seguinte forma:

Rubricas	Saldo Inicial	Aumentos	Cobranças	Saldo Final
Dívidas de Terceiros:				
Clientes	163,84	26,90	140,52	50,22
Sócios	22.000,00	59.525,00	51.925,00	29.600,00
Estado e outros entes públicos	305,94	32,55	187,41	151,08
	<b>22.469,78</b>	<b>59.584,45</b>	<b>52.252,93</b>	<b>29.801,30</b>

A rubrica de "Sócios" pode ser apresentada como segue:

Detalhe	2011	2010
Jóias e quotas:		
. Ano 2005	3.525,00	3.450,00
. Ano 2006	3.750,00	3.750,00
. Ano 2007	3.375,00	3.150,00
. Ano 2008	3.000,00	4.175,00
. Ano 2009	2.925,00	4.450,00
. Ano 2010	2.275,00	10.625,00
. Ano 2011	4.190,00	-
	<b>23.040,00</b>	<b>29.600,00</b>
Imparidade acumulada	<b>20.650,00</b>	<b>17.400,00</b>
<b>Total</b>	<b>2.390,00</b>	<b>12.200,00</b>

#### NOTA 7 - IMPARIDADE DE DÍVIDAS A RECEBER

Em 31 de Dezembro de 2011, o Instituto tem reconhecidas perdas de imparidade para dívidas a receber de sócios no montante de 20.650 Euros, considerando a antiguidade das quotas em dívida.

Os critérios utilizados pela Direcção para apuramento de perdas por imparidade foram os seguintes:

- a) As quotas de 2005, 2006 e 2007 foram provisionadas na sua totalidade;
- b) As quotas de 2008 e 2009 foram provisionadas se correspondiam a associados com quatro ou mais quotas em atraso. As quotas de 2010 e 2011 foram provisionadas no Exercício corrente.

#### Imparidade de dívidas a receber:

Anos	Saldo Inicial	Movimento		Saldo Final
		Reforço	Redução	
2005	3.600,00	-	75,00	3.525,00
2006	3.900,00	-	150,00	3.750,00
2007	3.525,00	-	150,00	3.375,00
2008	3.225,00	-	225,00	3.000,00
2009	3.150,00	-	225,00	2.925,00
2010	-	2.275,00	-	2.275,00
2011	-	1.800,00	-	1.800,00
<b>TOTAL</b>	<b>17.400,00</b>	<b>4.075,00</b>	<b>825,00</b>	<b>20.650,00</b>

#### NOTA 8 - FUNDO SOCIAL

O movimento no fundo social é apresentado na Demonstração de Alterações dos Capitais Próprios.

O Fundo Social é constituído pelos resultados de exercícios anteriores, correspondendo essencialmente às jóias e quotas de associados deduzidos dos custos do Instituto Português de Corporate Governance. De seguida é apresentada a sua evolução por anos:

Descrição	Valor
Constituído no Exercício de 2004	1.300,00
Constituído no Exercício de 2005	20.281,72
Constituído no Exercício de 2006	30.032,90
Constituído no Exercício de 2007	46.135,61
Constituído no Exercício de 2008	-9.128,22
Constituído no Exercício de 2009	7.470,39
Constituído no Exercício de 2010	2.711,10
<b>TOTAL</b>	<b>98.803,50</b>

#### NOTA 9 - VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2011, esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	Valor
Quotizações ano 2011 (Nota 6)	69.950,00
<b>TOTAL</b>	<b>69.950,00</b>

## NOTA 10 - SUBSÍDIOS

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2011, esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	Valor
Donativos (Nota 6)	10.500,00
<b>TOTAL</b>	<b>10.500,00</b>

Os donativos recebidos pelo Instituto de Corporate Governance, de entidades sediadas em Portugal, destinaram-se a financiar conferências realizadas e o designado “Prémio Damião de Góis”, respectivamente no valor de 7.500,00 Euros e 3.000,00 Euros.

## NOTA 11 - FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	2011	2010
Ferramentas e Utensílios	-	21,75
Material de Escritório	1.610,26	641,95
Rendas e Alugueres	9.303,15	9.253,03
Comunicação:		
Correio	2.559,48	510,92
Telefone	1.499,09	553,84
Internet	-	274,22
Deslocações e estadas	3.022,98	5.835,32
Honorários:		
Marco Gomes Binã	16.250,00	16.500,00
Jorge M. Arriaga	-	750,00
Guilherme Abreu Loureiro	20.530,40	-
Contencioso e Notariado	291,58	-
Reuniões Conferências	7.352,50	-
Trabalhos especializados:		
Conta-T - Consultores	3.899,10	3.181,20
N Imagens Eventos	369,00	198,00
Cunha Vaz & Associados	25.849,38	7.230,00
Media Gate Agência	4.509,18	-
Tinta Digital	3.474,80	3.615,00
Fundação Gulbenkian	630,38	283,59
Guberna Institut	-	605,00
Outros Serviços	744,81	290,75
<b>TOTAL</b>	<b>101.896,09</b>	<b>49.744,57</b>

## NOTA 12 - GASTOS COM PESSOAL

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2011, esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	Valor
Remunerações	7.867,34
Encargos patronais Segurança Social	1.652,15
Subsídios de refeição	747,30
<b>TOTAL</b>	<b>10.266,79</b>

A partir de Maio de 2011, o Instituto Português de Corporate Governance passou a ter um colaborador administrativo ao seu serviço.

## NOTA 13 - OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	2011	2010
Livro Branco Corporate	18,86	18,95
Patrocínios (Nota 6)	1.735,00	-
Inscrições cursos	350,00	-
Cadernos Corporate	25,49	-
Reflexões jurídicas	5,66	-
Portes debitados	12,15	-
<b>TOTAL</b>	<b>2.147,16</b>	<b>18,95</b>

## NOTA 14 - OUTROS GASTOS E PERDAS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	2011	2010
Impostos	3.450,00	2.856,00
Descontos concedidos	-	0,01
Correcção Exercícios anteriores	869,88	993,75
Quotizações	2.000,00	2.000,00
Dívidas incobráveis	1.210,00	145,26
<b>TOTAL</b>	<b>7.529,88</b>	<b>5.995,02</b>

Em 2010, o montante apresentado na rubrica de "Correcção Exercícios anteriores" incluía o valor de 675,00 Euros de anulação de quotas de associados relativas aos anos de 2005, 2006 e 2007.

Em 2011, o montante apresentado nesta rubrica, inclui o valor de 600,00 Euros por anulação de quotas de associados relativas ao ano de 2010.

## NOTA 15 - CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	2011	2010
Caixa	256,25	1,05
Depósitos à ordem	58.897,88	77.739,59
Depósitos a prazo	10.000,00	10.000,00
<b>Total dos depósitos bancários</b>	<b>68.897,88</b>	<b>87.739,59</b>
<b>TOTAL</b>	<b>69.154,13</b>	<b>87.740,64</b>

## NOTA 16 - ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICO - PASSIVO

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	2011	2010
Retenção IRS Trabalho Independente	1,51	236,50
Retenção IRS Trabalho Dependente	45,00	-
Retenção IRS Prediais	238,05	103,63
IVA - a pagar	1.959,04	1,05
IRC - Autoliquidação	27,48	-
Contribuições Segurança Social	439,71	-
<b>TOTAL</b>	<b>2.710,79</b>	<b>341,18</b>

## NOTA 17 - OUTRAS CONTAS A PAGAR

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	2011	2010
Remunerações pagas ao pessoal	1.306,26	-
Outros credores	-	1.539,35
<b>TOTAL</b>	<b>1.306,26</b>	<b>1.539,35</b>

## NOTA 18 - DIFERIMENTOS

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, estas rubricas têm a seguinte composição:

Descrição	2011	2010
Rendas e alugueres	778,08	771,78
Honorários	0,03	-
Serviços especializados Mybrand Consultores (Nota 19)	13.677,60	-
<b>TOTAL ACTIVO</b>	<b>14.455,71</b>	<b>771,78</b>

Descrição	2011	2010
Rendimentos a reconhecer		
Prémio Damião de Góis	10.000,00	-
Outros	-	2.175,00
<b>TOTAL PASSIVO</b>	<b>10.000,00</b>	<b>2.175,00</b>

Em 31 de Dezembro de 2011, o saldo da rubrica “Serviços especializados - Mybrand Consultores” corresponde a serviços prestados no âmbito de um estudo de mercado pela Mybrand Consultores através de um pedido efectuado por um conjunto de empresas por intermédio do Instituto.

**NOTA 19 - FORNECEDORES**

O valor inscrito nesta rubrica é discriminado pelas seguintes entidades:

Descrição	Valor
Conta-T - Consultores	347,98
Victoria Seguros	1.342,12
Mybrand Consultores (Nota 18)	13.677,60
<b>TOTAL</b>	<b>15.367,70</b>

Lisboa, 30 de Abril de 2012

Técnico Oficial de Contas



A Direcção

